

Entrevista com Demerval Saviani

O professor Dermeval Saviani formou-se em filosofia pela PUC-SP. É doutor em filosofia da educação (PUC-SP, 1971) e livre-docente em história da educação (Unicamp, 1986), tendo realizado estágio sênior (pós-doutorado) nas universidades italianas de Pádua, Bolonha, Ferrara e Florença, entre 1994 e 1995.

De 1967 a 1970, lecionou filosofia, história, história da arte, história e filosofia da educação nos cursos colegial e normal. Desde 1967 é professor de graduação e pós-graduação no ensino superior. Foi membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, coordenador do Comitê de Educação do CNPq, coordenador de pós-graduação

na UFSCar, PUC-SP e Unicamp e, ainda, diretor associado da Faculdade de Educação da Unicamp. Foi condecorado com a medalha do mérito educacional do Ministério da Educação e recebeu da Unicamp o prêmio Zeferino Vaz de produção científica.

Atualmente é professor emérito da Unicamp, pesquisador I-A do CNPq, coordenador geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR) e professor titular colaborador da USP.

Autor de vasta bibliografia sobre filosofia, educação e história da educação, como *Pedagogia histórico-crítica*: primeiras aproximações; *Educação*: do senso comum à consciência filosófica; *Escola*

e democracia; A nova lei da educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas; e Educação brasileira: estrutura e sistema, o professor Dermeval Saviani é hoje referência indispensável àqueles que procuram uma compreensão ampla e rigorosa da história da educação brasileira.

Nesta entrevista, gentilmente concedida ao Arquivo Nacional, o professor Saviani trata, dentre outras questões, da grande importância do trabalho de organização dos acervos, dos critérios de avaliação de documentos nas instituições de memória, tendo em vista a guarda e a preservação para a pesquisa no campo da história e história da educação, bem como sobre a constituição e consolidação da história da educação “como uma disciplina científica específica, definindo-se como um campo organizado que articula grande número de investigadores com vasta e diversificada produção”.

Arquivo Nacional. *Professor vamos iniciar esta entrevista pedindo que fale sobre sua trajetória pessoal e profissional.*

Demerval Saviani. Minha trajetória pessoal corresponde à de uma criança de origem camponês-operária, cujos pais não freqüentaram a escola, embora tenham conseguido se alfabetizar. Portanto, os estudos superiores estavam fora do horizonte de possibilidades de minha família. Fiz o curso primário num grupo escolar estadual da perife-

ria da cidade de São Paulo. Tendo cursado os estudos secundários em seminário, abriu-se para mim a possibilidade de acesso ao ensino superior. Ao terminar o terceiro ano do curso de filosofia na PUC de São Paulo, fui convidado a me especializar em filosofia da educação para assumir essa cadeira no curso de pedagogia. Considerando que, em 1967, quando fui admitido formalmente como professor universitário, ainda não se encontrava institucionalizada a pós-graduação, inscrevi-me, em fevereiro de 1968, para a realização do doutorado que foi concluído em novembro de 1971, mediante defesa de tese. Assim, quando os programas de pós-graduação começaram a ser implantados eu já me encontrava qualificado para neles exercer a docência.

Tendo iniciado a carreira de professor, em 1967, com muito entusiasmo e dedicação e entendendo que o professor não poderia ser apenas um repetidor, um transmissor de conhecimentos já compendiados – ele deveria ser também e, sobretudo, um pesquisador, um criador, alguém que se posicionasse ativamente em relação à sua área, tendo condições de contribuir para o seu desenvolvimento –, passei a produzir, eu próprio, os textos sobre os quais apoiava meu trabalho com os alunos na sala de aula. Definiu-se, assim, minha trajetória profissional de professor-pesquisador da área de educação. Nessa condição fui assumindo responsabilidades

crescentes no ensino de graduação e pós-graduação, na coordenação de programas de pós-graduação, na orientação de dissertações, teses, projetos de pós-doutorado, iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, desenvolvimento de projetos de pesquisa, proferindo conferências em quase todos os estados do país, participando da organização do campo, sendo sócio fundador e dirigente das principais entidades da área como ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação & Sociedade), ANDE (Associação Nacional de Educação), SBHE (Sociedade Brasileira de História da Educação), na assessoria científica de órgãos como CNPq, INEP, FAPESP, na organização e participação em eventos científicos e em intensa atividade editorial representada por publicações de diversos tipos.

Arquivo Nacional. *O que o senhor teria a dizer sobre o trabalho de organização dos acervos (arranjo, descrição, elaboração de instrumentos de pesquisa: índices, guias, repertórios, inventários, entre outras atividades), desenvolvido pelas instituições de memória, e sua contribuição para o acesso e a pesquisa no campo da história da educação?*

Demerval Saviani. O trabalho de organização dos acervos é decisivo e de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa. Na medida em que pudermos contar com um número cres-

cente de instituições de memória com acervos documentais adequadamente organizados e dotados de instrumentos que facilitem e agilizem o acesso às fontes, o trabalho dos pesquisadores será grandemente facilitado, com impacto significativo na qualidade das pesquisas e também em sua quantidade, uma vez que, nessas condições, o tempo de busca e de manipulação das fontes será fortemente reduzido. Os pesquisadores, no entanto, devem estar atentos para o fato de que, se os instrumentos desenvolvidos pelas instituições de memória facilitam seu trabalho, também podem funcionar como elementos que predeterminam os rumos de sua investigação. Por isso convém “confiar desconfiando” nos referidos instrumentos, abrindo mão deles quando isso se revelar necessário para a preservação dos objetivos da pesquisa.

Arquivo Nacional. *Qual a sua opinião sobre os critérios de avaliação de documentos tendo em vista a guarda e a preservação para a pesquisa em educação?*

Demerval Saviani. Do ponto de vista dos pesquisadores, o ideal, obviamente, seria que fossem guardados e preservados todos os documentos, que, assim, ficariam à disposição para as eventuais necessidades presentes e futuras da pesquisa em educação. Mas, é igualmente óbvio que esse ideal é irrealizável, à vista dos altíssimos custos e do grande espaço físico que isso

implicaria. Daí, a necessidade de se fixar critérios de avaliação dos documentos para respaldar decisões relativas à seleção daqueles que devem ser guardados e preservados, assim como ao tempo em que devem permanecer à disposição dos pesquisadores. Esse é um problema difícil porque nos espreita sempre o risco de que os critérios adotados possam implicar a perda de fontes relevantes para determinados tipos e modalidades de pesquisas. Penso que uma maneira de contornar esse risco será garantir a participação dos próprios pesquisadores, juntamente com os especialistas e técnicos nas questões de guarda e preservação, no trabalho de formulação e definição dos referidos critérios.

Arquivo Nacional. *Gostaríamos que o senhor tecesse considerações sobre a política arquivística de preservação de fontes tendo em vista a pesquisa em história da educação brasileira.*

Demerval Saviani. Entendo que a política arquivística de preservação de fontes para a pesquisa em história da educação brasileira é algo complexo porque não envolve apenas decisões governamentais. Implica a percepção, por parte dos administradores educacionais, diretores de escolas, professores, funcionários e alunos da importância dessa preservação. E não apenas isso. Tendo em vista o alargamento do conceito de fontes que caracteriza a historiografia educacional atual, as pró-

prias famílias acabam sendo envolvidas nessa tarefa de preservação. Isso porque boa parte dos materiais de aprendizagem manipulados pelos estudantes como cadernos, fichários, livros didáticos, enciclopédias, disquetes, CD-ROM, filmes, DVDs, revistas, jornais etc. se encontram em suas respectivas casas, sob a guarda das famílias. Parece, pois, que a formulação da política arquivística de preservação de fontes para a história da educação brasileira deverá prever o desenvolvimento da consciência da preservação, o que envolverá a conversão dessa questão em um elemento integrante do próprio processo educativo, desde as séries iniciais do ensino fundamental até a pós-graduação. Como destaquei na II Jornada do HISTEDBR, realizada em Ponta Grossa e Curitiba, em 2002, já está na hora de se desencadear um movimento amplo dirigido às escolas, às organizações da área de educação e aos órgãos do Estado tendo como mote a questão da política de fontes para a história da educação brasileira. Essa política deverá contemplar os critérios tanto para a definição do que preservar como do que descartar, estabelecendo as metas e os meios que permitirão assegurar a disponibilidade das fontes para o incremento das pesquisas em história da educação brasileira. Assim, não apenas cada um de nós se empenharia individualmente nessa direção. Toda a sociedade seria mobilizada tendo em vista a realização desse objetivo.

Arquivo Nacional. *Qual a sua posição sobre a constituição e consolidação da história da educação como um campo de pesquisa no Brasil e a sua relação com a “história pura”?*

Demerval Saviani. A história da educação foi se firmando como um campo de estudos próprio dos pedagogos. De fato, enquanto era comum, no caso das outras disciplinas da área de fundamentos da educação, como filosofia da educação, psicologia da educação e sociologia da educação, que fossem recrutados os professores a partir de sua formação nos cursos respectivos de filosofia, psicologia e sociologia, no caso da história da educação isso não ocorria. Jamais se cogitava de recrutar professores de história da educação a partir dos formados em cursos de história, mesmo porque não havia espaço, aí, para a história da educação. À vista desses antecedentes, a história da educação se configurou como um campo cultivado predominantemente por investigadores oriundos da área da educação, formados nos cursos de pedagogia. Assim, os historiadores, de modo geral, acabam por não incluir a educação entre os domínios da investigação histórica. No contexto referido, a história da educação se desenvolveu como um domínio de caráter pedagógico paralelamente e, mesmo, à margem das investigações propriamente historiográficas. Entretanto, a partir da década de 1980 e, principalmente, ao longo da última

década do século XX, os investigadores-educadores especializados na história da educação têm feito um grande esforço no sentido de adquirir competência no âmbito historiográfico de modo a estabelecer um diálogo de igual para igual com os historiadores. E esse diálogo tem se dado por iniciativa dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, “historiadores de ofício” e não no sentido inverso. Hoje, se pode dizer que a história da educação está consolidada como disciplina científica específica, definindo-se como um campo organizado que articula grande número de investigadores com vasta e diversificada produção.

Arquivo Nacional. *O que motivou a constituição do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), articulado em 1986, a partir de seus orientandos de doutorado, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)?*

Demerval Saviani. Desde 1978 eu vinha desenvolvendo uma experiência bem-sucedida de orientação coletiva no Programa de Doutorado em Educação da PUC de São Paulo. Passando, a partir de 1980, a atuar também na Unicamp, capitalizei essa experiência no trabalho realizado em ambas as instituições. Ocorre que, tanto na PUC como na Unicamp, à vista dos resultados positivos que vinham sendo alcançados, os

alunos lamentavam o fato de que, defendida a tese, deveriam voltar para suas instituições de origem, ficando impedidos de continuar participando daquelas atividades coletivas. Diante disso, foi amadurecendo a idéia de transformar o coletivo de orientandos em grupo de pesquisa. Isso permitiria que, mesmo depois de concluídas as respectivas teses, os novos doutores pudessem continuar participando do grupo, seja debatendo os projetos de tese dos novos alunos, seja colocando em discussão, no interior do grupo, os próprios projetos de pesquisa. O primeiro passo nessa direção foi dado em 1986 quando propus na Unicamp a organização do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", aglutinando os meus orientandos de doutorado com seus respectivos projetos de tese. Ao mesmo tempo, abri a possibilidade de participação de outros alunos que estivessem sob orientação de outros docentes. Assim, o grupo foi constituído com a participação de doze doutorandos, pois aos meus nove orientandos de então, se acrescentaram dois do professor Evaldo Amaro Vieira e uma do professor José Luís Sanfelice.

A denominação "História, Sociedade e Educação no Brasil" foi escolhida por duas razões: de um lado, buscou-se uma nomenclatura suficientemente abrangente para acolher a diversidade de temas dos projetos de tese dos alunos, não se limitando aos estudos es-

pecíficos tradicionalmente classificados na disciplina história da educação; de outro lado, procurou-se definir um eixo que sinalizava a perspectiva de análise aglutinando investigações que estudassem a educação enquanto fenômeno social que se desenvolve no tempo. Assim, o termo "sociedade" aparecia como mediação entre "história" e "educação" sugerindo que a história da educação seria entendida em termos concretos, isto é, como uma via para se compreender a inserção da educação no processo global de produção da existência humana, enquanto prática social determinada materialmente. Buscava-se, por esse caminho, ampliar a visão tradicional da história da educação centrada nas idéias e instituições pedagógicas. Tornou-se consensual, desse modo, nessa turma de doutorandos, que se deveria dar caráter permanente ao Grupo de Pesquisas de modo que, mesmo após concluir suas teses e tendo regressado a suas instituições e regiões de origem, eles pudessem continuar articulados no grupo, desenvolvendo novos projetos de investigação. Tomando-se por base as discussões ocorridas entre 1986 e 1990, o grupo confluiu para o entendimento de que a aglutinação dos integrantes atuais e futuros deveria se dar em torno de um trabalho comum, decorrente de um projeto coletivo, em lugar de se partir de uma proclamação geral e exigir que cada um aderisse previamente aos termos dessa proclamação.

Arquivo Nacional. *Em 1991, o HISTEDBR foi formalizado, propondo-se desenvolver o Projeto “Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira”, em âmbito nacional. Quais as razões da escolha desse projeto? Por que foi considerado prioritário naquele momento? Que balanço o senhor faz dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo nesses vinte anos de atividade?*

Demerval Saviani. Entre 1986 e 1990, na medida em que os membros desse grupo inicial foram concluindo suas teses de doutorado, após longas e acirradas discussões, decidiu-se pela constituição de um “núcleo permanente de pesquisas”, com uma proposta coletiva de trabalho articuladora de todos os seus membros. Para subsidiar a formação do núcleo foi realizado, no transcorrer de 1991, o I Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, com o tema “Perspectivas metodológicas da investigação em história da educação”, operacionalizado em dois momentos: entre os dias 6 a 10 de maio de 1991 foi realizada a primeira parte do seminário; nos dias 9 a 13 de setembro de 1991, a segunda parte. No primeiro momento, o grupo empreendeu a análise da produção historiográfica educacional brasileira. No segundo momento, dando seqüência à discussão historiográfica, o grupo contou com a contribuição do historiador prof. dr.

Ciro Flamarion Cardoso, que proferiu conferência sobre o tema “Paradigmas rivais na historiografia atual”.

Considerando que o debate sobre a produção histórico-educacional brasileira evidenciou a escassez, a dispersão e a precariedade das fontes fundamentais à pesquisa histórico-educacional no Brasil, o grupo priorizou a realização de um amplo levantamento, organização e catalogação das fontes fundamentais à pesquisa histórica na área da educação. Para tanto, durante o encontro de maio de 1991, foi iniciada a redação do Projeto “Levantamento, organização e catalogação das fontes primárias e secundárias da história da educação brasileira”, tarefa concluída na segunda parte desse I Seminário, realizada de 9 a 13 de setembro de 1991. No ano seguinte, já para embasar o desenvolvimento do projeto, foi realizado, de 6 a 10 de abril de 1992, o II Seminário Nacional do Grupo centrado no tema “Fontes primárias e secundárias em história da educação brasileira”, no interior do qual foram previstos dois tipos de atividades: a) conferências abertas ao público, seguidas de debates; b) reunião de trabalho do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”.

Com a realização do Seminário deu-se continuidade ao debate sobre as principais correntes metodológicas da investigação histórica, levando-se em conta os seus pressupostos filosóficos e as suas aplicações no âmbito da

historiografia educacional brasileira. Um outro objetivo foi conhecer e debater as principais pesquisas e trabalhos com fontes primárias e secundárias da educação brasileira, bem como os catálogos e relatórios delas resultantes. Nesse evento ocorreu ainda o debate dos principais métodos e técnicas de pesquisa historiográfica com fontes documentais e bibliográficas. Entre 1992 e 1995, foram realizados encontros anuais com os coordenadores dos grupos de trabalho estaduais, geralmente no interior de outros eventos da área. Nesses encontros foram discutidos os encaminhamentos dos Grupos de Trabalho (GTs), sobretudo quanto ao Projeto “Levantamento e Catalogação de Fontes”.

Ao lado da ampliação gradativa do coletivo nacional, com a organização de novos GTs regionais ou estaduais, o projeto possibilitou não só a aglutinação de pesquisadores interessados em levantar e preservar a memória educacional em diversas regiões do Brasil, mas também que as equipes estaduais encontrassem seus próprios caminhos, de modo especial através de pesquisas resultantes das fontes primárias locais e regionais da educação. O coletivo de pesquisa buscou, respeitando a diversidade e pluralidade dos membros, encontrar seus próprios caminhos de investigação sobre temáticas regionais. Eis as razões pelas quais, no momento em que se procedeu à institucionalização do Grupo de Estudos e Pesquisas,

em 1991, elegeu-se como prioritário o projeto “Levantamento e catalogação de fontes”.

Um balanço específico e abrangente da produção global do grupo está sendo organizado no âmbito do “Projeto 20 anos”, que deverá estar disponível por ocasião do VII Seminário Nacional do HISTEDBR, a realizar-se em julho deste ano de 2006. À guisa de um balanço sumário e geral, eu destacaria os seguintes pontos: a) uma produção ampla e diversificada expressa em grande número de trabalhos apresentados em eventos científicos, dissertações e teses concluídas e intensa atividade editorial representada pela publicação de artigos e coletâneas; b) um papel importante na organização e consolidação do campo da história da educação no Brasil, seja pela articulação de grupos de pesquisa enraizados nos vários estados do país, seja pela participação nos eventos e entidades da área; c) uma posição de respeito à diversidade e pluralidade mantendo, porém, uma firmeza teórica que o impediu de aderir comodamente às novas orientações que procuravam hegemonizar o campo. Essa postura do HISTEDBR foi decisiva para garantir o debate que permitiu manter oxigenada a área de história da educação no Brasil, impedindo que se instituisse na disciplina uma unanimidade artificial resultante da adesão incontestável a uma determinada compreensão que procurava se impor como uma espécie de pensamento único.

Arquivo Nacional. *Qual a sua posição sobre o uso de “novas fontes” como, por exemplo, cadernos e manuais escolares, que tratam do cotidiano escolar, filmes, fotos, história oral etc., na pesquisa em história da educação?*

Demerval Saviani. Preliminarmente, cabe considerar que, rigorosamente falando, a multidão de papéis que se acumulam nas bibliotecas e nos arquivos públicos ou privados, as milhares de peças guardadas nos museus e todos os múltiplos objetos categorizados como novas fontes pela corrente da “Nova história” não são, em si mesmos, fontes. Com efeito, os mencionados objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que ao formular o seu problema de pesquisa delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em consequência, aqueles objetos em que real ou potencialmente estariam inscritas as respostas buscadas erigir-se-ão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico poderá ser produzido. Nesse sentido, já que é sobre as fontes que nos apoiamos para produzir o conhecimento histórico, uma vez formulado o problema a ser investigado, o pesquisador se encontra autorizado a buscar todo tipo de fonte que possa trazer informações de alguma importância para o esclarecimento de seu problema de pesquisa. Portanto, nenhum caminho, nenhuma espécie de fonte lhe pode estar interdi-

tada, seja ela nova ou velha, antiga ou moderna. O cuidado, pois, que se deve ter é não se deixar inebriar pela suposta novidade das fontes, o que levaria a inverter os termos da questão: em vez do objeto, isto é, a natureza do problema a ser investigado determinar a busca das fontes, a própria fonte, em virtude do poder de atração a ela atribuído, é que se converteria em objeto da pesquisa.

Arquivo Nacional. *Quais os desafios que se impõem para a pesquisa em história da educação diante das novas tecnologias?*

Demerval Saviani. Inegavelmente, as novas tecnologias representam um grande potencial de incremento das pesquisas em história da educação, seja por agilizar a produção e disseminação dos conhecimentos, seja por ampliar consideravelmente as fontes disponíveis, seja, enfim, por permitir o armazenamento de dados em grande escala, por meios virtuais, sem os inconvenientes dos enormes espaços físicos necessários para a guarda de documentos na sua forma material. Os desafios para a absorção dessas novas tecnologias pelos pesquisadores da área de história da educação dizem respeito ao domínio desses recursos e, principalmente, à sua rápida obsolescência. Trata-se, com efeito, de um fenômeno que poderá nos colocar diante da situação de dispormos de informações armazenadas em dispositivos eletrônicos cujas máquinas de leitura, entretanto,

por terem caído na obsolescência, já não estariam mais disponíveis para serem operadas. Assim, a preservação de informações guardadas em meios virtuais implica a preservação dos instrumentos que permitam a sua leitura. Isso, porém, pode nos colocar, de novo, diante do problema da limitação dos espaços físicos, já que a preservação de

toda essa parafernália implicará a manutenção de enormes depósitos de sucata eletrônica.

Entrevista realizada por Dalton José Alves e Nailda Marinho da Costa Bonato, em Campinas, em 10 de janeiro de 2006.